

Percalços e desafios da produção acadêmica sobre o Programa de Incentivo à Leitura no Brasil (Proler), 1992-2012: análises preliminares

*Clarice Alves de Araújo

** Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

***Carlos Henrique de Carvalho

RESUMO

Este artigo apresenta trabalho desenvolvido na linha de Processos Educativos e seus Fundamentos, vinculado ao OBEDUC/UNIUBE com financiamento CAPES/ FAPEMIG e que teve como objeto de pesquisa as produções acadêmicas sobre o Proler. O objetivo geral foi examinar parte da produção acadêmica sobre o Proler compreendida entre os anos de 1992-2012. Os objetivos específicos traduzem-se em identificar a trajetória política e histórica do Proler e verificar se a produção acadêmica reconhece a eficiência do programa de leitura. A pesquisa é bibliográfica e documental. Foram selecionados 63 trabalhos entre artigos, monografias, dissertações e teses, todos localizados no portal da CAPES e em portais de Instituições de Ensino Superior. Tomou-se por critério aquelas que tivessem o Proler como objeto de pesquisa. Dentre elas, escolheram-se três que mais se aproximavam dos objetivos do trabalho, isto é, as que abordassem e tivessem como foco a Política e a História do Programa. Foram desenvolvidas duas categorias para análise: 1- *“as concepções políticas do Proler na visão dos pesquisadores”* e 2 - *“delimitação do perfil histórico e ideológico do Programa”*. Como considerações parciais, conclui-se que a conjuntura brasileira favoreceu a instituição do Programa, apresentando-o satisfatório por atender às necessidades políticas do neoliberalismo, aos organismos mundiais de controle de capital e, que a produção analisada foi insuficiente para comprovar ou não a eficiência do Proler.

Palavras-chave: PROLER. Políticas Públicas. Leitura. Ideologia.

ABSTRACT

This research project was developed in the line of Education Processes and their Foundations, linked to OBEDUC/UNIUBE with CAPES/FAPEMIG funding, and had as a research subject the academic productions on PROLER. The overall objective was to examine part of the academic literature on the PROLER between the years 1992-2012. The specific objectives are reflected in identifying the political and historical trajectory of PROLER, and verifying if the academic literature recognizes the reading program efficiency. It is a bibliographic and documentary research. We have selected 63 works including articles, monographs, dissertations and theses, all located on the portal of CAPES and portals of higher education institutions. Our criterion was those which had the PROLER as an explicit object of research. Among them we chose three which came closest to our goal, that is, the ones which addressed and focused the policy and the history of the program. We have developed two categories for analysis: 1- The political conceptions of PROLER in the view of researchers and 2 -The delimitation of the historical and ideological profile of the program. As partial consideration, we conclude that Brazilian situation has favored the institution of

* Mestre em Educação pela Universidade de Uberlândia/ Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior/ Observatório da Educação.

** Doutora em Educação, Professora do Programa de Mestrado em Educação da UNIUBE.

*** Doutor em História e Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. É bolsista do CNPq e do Programa Pesquisador Mineiro, da FAPEMIG. É membro da Câmara de Ciências Humanas Sociais e Educação (CHE) da Fundação de Amparo à pesquisa de Minas Gerais.

the program, and that is satisfactory to meet the needs of neoliberalism policies, to the global bodies of capital control and, that the analyzed production was sufficient to prove or disprove the PROLER efficiency.

Keywords: Proler. Public Policies. Reading. Ideology.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral examinar a parte da produção acadêmica sobre o PROLER compreendida entre os anos de 1992-2012. O PROLER é um programa de Leitura instituído pelo decreto n 519, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo. Os objetivos específicos estão traduzidos na identificação da trajetória política e histórica do PROLER e em verificar se a produção acadêmica reconhece a eficiência do programa na promoção da leitura e do leitor, além de examinar se o Programa atende à sua proposta inicial.

O problema surge no próprio contexto histórico em que o PROLER foi criado. Constatava-se, no Brasil, baixos índices de letramento da população e, conforme demonstração das pesquisa do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (HANRRISON, 2013), a redução desses índices durante os 20 anos do PROLER, não foi satisfatória. Vale salientar que os dados consideram alfabetizada qualquer pessoa que seja capaz de escrever um pequeno bilhete. (HANRRISON, 2013). São 13,2 milhões de pessoas analfabetas, 2 milhões a mais que toda a população de São Paulo.

Já o analfabetismo funcional, ainda constatado pelo instituto e que representa a população com menos de 4 anos de escolaridade, atinge 28,4% da população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

O Proler, que em sua origem ambiciona minimizar esse quadro, construiu uma história, possui uma ideologia e uma práxis. Analisando a perspectiva de outras pesquisas e pesquisadores, podemos afirmar que o programa é eficaz na promoção da leitura e na conquista de novos leitores?

Para responder a essa questão, foi realizada pesquisa de cunho bibliográfico e documental, tendo como fonte primária teses, dissertações, artigos periódicos e outras publicações científicas referentes ao tema abordado. O desafio é mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. É, portanto, um levantamento

bibliográfico.

[...] de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (JUNGES; REMER, 2011, p. 03).

E, além disso, “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações e teses etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183.). Esses trabalhos trazem contribuições no campo teórico de uma área do conhecimento e proporcionam uma visão panorâmica do tema: procura identificar aportes significativos da construção da teoria e da prática; aponta as restrições do campo em que se move a pesquisa, identifica experiências inovadoras que investigadas apontam alternativas e reconhece as contribuições da pesquisa na área pesquisada. Para Romanowsky e Ens (2006, p. 37) importa porque “[...] a realização desses balanços possibilita contribuir com a organização e definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com rupturas sociais.”.

Outra razão por optarmos por essa modalidade de pesquisa é a argumentação de Ferreira (2006, p. 38), o qual afirma que “é desconhecimento do todo das pesquisas de uma determinada área ou campo do saber”, pois, quanto ao PROLER, não há visão do todo. E a não existência de uma pesquisa mais abrangente ou mesmo de registros oficiais quanto à prática do Programa é uma constatação que torna nossa investigação relevante.

Foram lidos e fichados 63 trabalhos, assim sintetizados:

Quadro 1- Relação dos trabalhos produzidos por instituição

	Artigos	Monografias	Dissertações	Teses
CAPES			2	1
Domínio Público			3	1
FGV			2	
PUC			1	2
UE Ponta Grossa			1	
UE Maringá				
UFBA/ EU	3		4	
UFES			1	
UFG	1		1	1
UFMA	1		1	
UNICAMP	1			
USP			2	6
UNESP				2
UFMG				1

UFS	1			
UFRGS		11	3	6
FBN	2			
Outros/revistas	2			
TOTAL	11	11	21	20

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em sequência, orientamo-nos pelos passos descritos por Romanowsky e Ens (2006, p. 43) e procuramos fazer a seleção do material que compõe o *corpus* do trabalho.

Segue abaixo quadro com os textos selecionados.

Quadro 2- Trabalhos selecionados para esta pesquisa

Título	Pesquisador	Programa de Pós-graduação	Linha de Pesquisa	Natureza	Local e ano
Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos 224.p	Maria Luiza Batista Bretas	Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística	Estudos literários	Tese	Universidade Federal de Goiás/2009
As representações e práticas de incentivo à leitura no Espírito Santo, no período de 1997-2005 248 p.	Eunice Negris Lima	Programa de Pós-graduação em Educação	Educação e Linguagens	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo/2007
Fome de Programas de Leitura: O Proler e a dimensão político-ideológico da leitura 125 p.	Edmilson Moreira Rodrigues	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas	Políticas Públicas e Movimentos Sociais	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão/2008

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a organização das informações e aprofundamento, relemos os três textos descritos no quadro anterior com o intuito de atender às categorias que pudessem guiar até os objetivos: as concepções políticas do Proler na visão dos pesquisadores e delimitação do perfil histórico

e ideológico do programa. A identificação dessas duas categorias nos trabalhos permitiu-nos atender à nossa proposta inicial, já que procuramos analisar e descrever como os pesquisadores lidam com as nuances políticas do programa, as transformações, leis, decretos e suas aplicações e como pensam a práxis do Programa.

1 AS POLÍTICAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL NO SÉCULO XX: LIMITES E PERSPECTIVAS

Entende-se que, no Brasil, a partir do governo de FHC, Fernando Henrique Cardoso (1995-2005), é que “aderimos” à tendência mundial de desoneração do Estado e que se inicia o processo de desregulação do antigo Estado. No entanto, foi com Fernando Collor de Mello que o Brasil, recém-saído da ditadura militar e ensaiando os primeiros passos para a democracia, inicia o processo de integração e o alinhamento com os países desenvolvidos.

O Estado, paulatinamente vai se transformando e angaria para si “o papel de preservar as instituições apropriadas a essas práticas, garantindo a integridade de qualidade do dinheiro e assegurando as estruturas legais, as forças armadas e a polícia, capazes de defender os direitos da propriedade privada”. (TEODORO, 2008, p. 50).

Para Druck (2011, p. 42), o Estado reconfigurado transforma-se em gestor dos negócios da burguesia, já que age em defesa da desregulamentação dos mercados. Entende-se que esse estado, gestor dos negócios da burguesia, readequado aos interesses do capital, transfigurou seu papel e torna-se mero instrumento da vontade de uma classe. Intervém na sociedade civil a serviço do capital e da classe social que o representa.

Druck (2011, p. 47) consegue sintetizar alguns indicadores do processo de destruição da segurança e bem-estar que era promovida pelo Estado Brasileiro:

- a) formas de inserção e desigualdades sociais;
- b) intensificação do trabalho e terceirização;
- c) insegurança e saúde no trabalho;
- d) perda das identidades individual e coletiva;
- e) fragilização da organização dos trabalhadores e f) a condenação e o descarte do Direito do Trabalhador.

O interesse é materializado por meio das sugestões e intervenções da Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Mundial (BM) e até mesmo da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos países em pauta. Para Maués (2012, p. 79) “o interesse está vinculado à concepção utilitarista da educação” e tem como meta a formação de Capital Humano, isto é, “a aquisição de novas competências e qualificações que habilita o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito” (CASTRO; CONTIJO; AMABILE, 2012) que possa promover crescimento econômico e favorecer a acumulação de capital.

1.1 O contexto educacional do Brasil dos anos 90

As políticas educacionais brasileiras, a partir dos anos 90, visam satisfazer às sugestões dessas entidades mundiais. O Brasil incorpora as orientações e o MEC se propõe à implementação de programas e projetos que possam satisfazer às exigências da mundialização, não só do capital, mas também da educação.

Maués (2012, p. 75), ao tratar do assunto, observa que para a OCDE há uma expectativa de que a educação formal possa se responsabilizar pela formação do Capital Humano, isto é, “a aquisição de novas competências e qualificações que habilita o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito” (CASTRO; CONTIJO; AMABILE, 2012) e que possa desenvolver as competências e as atitudes que são essenciais para o “crescimento econômico, a promoção individual e a redução das desigualdades” (MAUÉS, 2012, p. 77) e, para a autora, essa afirmativa evidencia a importância da Educação.

Atualmente o Programa atinge um pouco menos que 30 por cento dos municípios brasileiros. Equivale a 1,7, o que significa 63 comitês e mais de 350 municípios.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES, OS DADOS E A ANÁLISE DOS CONTEÚDOS

Entendemos que o PROLER, enquanto programa de leitura de longa duração, tenha, hipoteticamente, elevado a qualidade de leitura do Ensino Fundamental. Porém, uma afirmativa que comprove ou refute isso seria precipitada. Não há controle de qualidade oficial dos resultados do

PROLER. Tudo que há é sua resistência ao tempo. Pretendemos verificar, nas pesquisas selecionadas, se elas registram ou não a eficácia do Programa.

Para ilustrar nosso trabalho, recorreremos a Marcel Proust (1991, p. 29), ao afirmar que “sentimos muito bem que nossa sabedoria começa onde a do autor termina”. Partimos dos saberes de outros pesquisadores.

Pareceu-nos pertinente considerarmos todas as nuances imbricadas num programa que visa não só promover a leitura, mas também cativar o leitor e mobilizar toda a sociedade civil em favor da leitura e do livro. Nesse sentido, selecionamos os textos para análise de acordo com a temática e ênfase do trabalho e eis o resultado obtido:

Quadro 3 - Trabalhos por convergência de temática

Temas que convergem	Artigos	Monografias	Dissertações	Teses	Quantos?
Questões da Língua Portuguesa, o aprender a ler	4	X	7	8	19
Bibliotecas, Bibliotecários	2	10	4	4	20
Política e perfil do Programa	3	2	3	4	12
Outros	1	1	5	4	11

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo por base o quadro acima, reconhecemos que o interesse maior de pesquisa está naqueles profissionais que são diretamente envolvidos com os processos de leitura, como os professores de Língua Portuguesa, bibliotecários e bibliotecônomo.

Em linhas gerais, tratam de projetos e ações desenvolvidas e vinculadas ao PROLER. No caso da Língua Portuguesa, a tendência das pesquisas é penetrar nos rincões do Ensino Fundamental I e II e explorar estratégias de leitura e desvendar alguma ação ali desenvolvida.

No caso dos bibliotecários e bibliotecônomo, encontramos uma maior variedade de temas. Eles questionam o papel e função da profissão de bibliotecários e bibliotecônomo. Outra tendência é a problemática da biblioteca pública e escolar no Brasil, justaposta ao profissional que nela trabalha.

À categoria *outros*, podemos dizer também “diversos”, podemos relacionar alguns trabalhos que têm como base o princípio do Proler de

fazer “da leitura uma prática social comunitária em todos os espaços possíveis” (PELLEGRINI, 2010, p. 187).

Nesse sentido, encontramos a implantação do Proler em presídios, denominado “Proler carcerário”, sendo que a pesquisa foi feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na penitenciária feminina presídio Madre Pellietier, localizado em Porto Alegre. O trabalho está voltado para o desempenho das Agentes Penitenciárias como agentes educativas.

Outro caso interessante é o de Jequié, na Bahia. Trata-se da educação e letramento de encarcerados da Casa de Detenção. Originalmente, era apenas trabalhar com Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendendo às necessidades dos encarcerados.

Interessante perceber que se a Universidade do Estado da Bahia (UESB) capacita, forma e pesquisa, contudo é o poder municipal que financia e fornece a infraestrutura, levando-nos a questionar a real importância do PROLER para que se desenvolva um projeto dessa natureza.

Ainda em *outros*, encontramos o PROLER no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS cuja dissertação lista o PROLER como item da ementa da disciplina Desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil do Curso de Mestrado em Ciências da Informação da Universidade federal da Bahia (UFBA). (BRAMBILLA, 2007, p. 99).

Outros “diversos” estão voltados para estantes de livros em praça pública, criação e questões de biblioteca e sua relação com o poder municipal. E, ainda, documentos que são nosso alvo por aprofundarem as questões relativas à ideologia e perfil do PROLER.

Notamos uma repetição dos descritores nas pesquisas selecionadas. Sabendo que a repetição de palavras, em um texto, tanto pode dar-lhe clareza quanto empobrecê-lo e comprometer sua estética, fizemos então um levantamento, dos três textos que escolhemos para nossa discussão, a fim de reconhecer quantas vezes os descritores se repetem ao longo da pesquisa.

Quadro 4 - Índice de repetição dos descritores por texto

	Política	Ideologia	Professor	Proler	Leitura
Texto 1 (Bretas)	71	3	383	30	894
Texto 2 (Rodrigues)	129	22	66	127	524

Texto 3 (Lima)	361	x	229	401	939
Total	561	25	708	558	2357

Fonte: Elaborado pelos autores.

A repetição dos descritores não é aleatória, já que demonstra o interesse maior do escritor. Nos casos elencados, é usado como mecanismo de coesão textual não caindo na prolixidade e trazendo os benefícios semânticos aos documentos.

Interessante perceber que as repetições, como no caso dos textos 1 e 3, da palavra *leitura* chega a uma média de 3 vezes por página, o que poderia acarretar prejuízos à elegância do documento, porém isso não acontece. No caso do Texto 3, chegamos a 3,7 de repetição por página sem o comprometimento do estilo textual.

No texto 3, não há incidência da palavra *ideologia*, embora o texto tenha uma forte carga política e ideológica, a autora tece críticas sem recorrer a essa palavra, utilizando as especificações e a construção do conceito e suas nuances sem citar o signo.

Todos os textos abordam a questão do *professor*. No texto 1 o termo é citado 383, fazendo uma média de 1,7 por página. Referem-se sempre ao professor da Educação Básica, que é o executor do Programa. Esse sujeito é retratado como um ser passivo que recebe sem críticas a capacitação que lhe é oferecida. Esses profissionais executam simplesmente. Não criticam, nem questionam, são passivos em relação àquilo que oferecem às universidades.

Já a palavra *política* refere-se sempre a dois aspectos principais e seus desdobramentos. Um deles é a instituição e desenvolvimento do Proler e o segundo refere-se à formação do professor e cidadão leitor. O *professor* é retratado como executor das ações pensadas por outros.

2.1 Identificação dos entraves e desempenho nos programas de leitura

Nessa primeira aproximação, os três trabalhos distintos para nossa pesquisa compõem-se de uma tese e duas dissertações.

O primeiro texto estudado é uma tese intitulada “Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos” da Universidade Federal de Goiás (UFG) Faculdade de Letras/2009. O estudo pode ser assim reduzido:

Quadro 5 - Síntese do texto 1

Justificativa	Objeto	Tipo de estudo	Problema científico	Objetivo	Métodos de pesquisa	Procedimentos de análise dos dados
- Políticas Públicas do Estado de Goiás. - Acervo bibliotecário das escolas públicas de Goiás.	Alunos do 5º ano espalhados pelo interior de Goiás. (Projeto Cantinho da Leitura)	Bibliográfico, documental e de campo	Quão impactantes são os Programas de leitura na formação e conquista do leitor?	Geral: Avaliar Programas de Leitura em Goiás. Específicos: 1) Avaliar qualitativamente o Programa Cantinho da Leitura. 2) Verificar a experiência de leitura proporcionada pelo Programa. 3) Analisar a fruição e compreensão dos textos.	Aplicação de questionário a alunos e professores. Exploração dos resultados do SAEGO	Comparação dos resultados dos questionários com os resultados da prova do SAEGO e com a qualidade do acervo das escolas públicas de Goiás.

Fonte: Síntese construída pelos autores a partir da ficha de análise número 1.

A pesquisa descreve as ações do Proler em Goiás que se tornaram marcantes:

- a) mala de Leitura;
- b) leitura itinerante, que levava a leitura aos morros, hospitais, escolas agrícolas;
- c) janela de Leitura da Rua D'Abadia,
- d) chuva de Poesia;
- e) círculo da leitura da casa Cora Coralina; (BRETAS, 2009 p. 87) e que o desenvolvimento dessas atividades se deu na Cidade de Goiás. A cidade goiana, carinhosamente chamada de Goiás Velho, angariou para si o título de Capital da Leitura com destaque para as atividades da UFG na promoção da leitura e atividades do PROLER.

A autora esclarece que o Programa “fica com o papel de gerenciador e articulador das experiências dos projetos de leitura” (BRETAS, 2009

p. 87), o que não é uma característica apenas da cidade de Goiás, mas uma tendência do Proler em todo território nacional. Essas instituições tornam-se sustentáculos dos comitês municipais.

O PROLER possuía “propostas e ações relevantes, mas sem receitas, sem doutrina, o programa propunha a leitura como forma de alcançar uma autonomia no pensar e solidariedade no agir” (YUNES apud BRETAS, 2009, p. 89). Essa afirmativa nos parece contraproducente ou mal colocada, uma vez que é inconcebível um projeto dessa amplitude sem uma doutrina ou uma receita prática. E, ainda, que a contraparte da ‘não doutrina’ da “não receita” significa também que seja amorfo e disforme.

No caso do PROLER a agravante está na consideração das dimensões que o Programa pretende atender: todo território nacional, formar leitores, conquistar a permanência e assiduidade desse leitor, redemocratizar os bens culturais além de valorizar as culturas locais. Sendo assim tão amplo e ambicioso, podemos vislumbrar sérias dificuldades em razão da “não receita” e “não doutrina”.

Levando em conta a diversidade, a descentralização, a intenção de desescolarizar a leitura e o intuito de associar o Proler à iniciativa privada provocando a responsabilização social pela formação do leitor e distribuição dos livros, constatamos, nesses aspectos, uma semelhança com AFL - Associação Francesa para Leitura.

Interessante observar que o PROLER expandiu-se “instituinto comitês sem fins lucrativos” (BRETAS, 2009, p. 86), o que é uma observação bastante interessante se compararmos com as primeiras intenções do PROLER, isto é, que o Estado assumisse os custos e que os executores de suas ações fossem professores vinculados às prefeituras.

A afirmativa de que os Comitês não têm fins lucrativos é de fato relevante, já que implica uma quase inversão dos princípios de origem.

Mesmo reconhecendo a eficácia parcial dos Programas de Leitura, dentre eles o “Cantinho da Leitura”, são elencadas outras questões que impedem resultados mais satisfatórios desse tipo de política, a começar pela formação do professor que, para se retirar da sala de aula em busca de formação, tem que providenciar um professor substituto e o fato de que sua “maior parte não gosta de ler e trabalha anos a fio com o mesmo livro”. (BRETAS, 2009, p. 15)

A afirmativa de que o professor não gosta de ler é encontrada em vários documentos. Essa questão carece de maior investigação, já que apenas o não gostar de ler é uma problemática de várias dimensões.

Haveríamos que considerar aqui o tempo disponível que o professor tem para leituras não obrigatórias e esse aspecto está permeado por outros fatores que não podemos resumir na simples afirmativa de que o professor não gosta de ler. Contudo, a não a leitura constitui um problema relevante para a escola e para a profissão docente.

2.2 A necessidade de uma política de leitura consciente

O segundo texto analisado é uma dissertação da Universidade Federal do Maranhão do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais tendo como área de concentração Estado e Políticas Sociais, intitulada “Fome de Programas de Leitura: O PROLER e a dimensão político e ideológica da leitura”/2008, que resumidamente, temos como elementos fundamentais.

Quadro 6 - Síntese do texto 2

Justificativa	Objeto	Tipo de estudo	Problema científico	Objetivo	Métodos de pesquisa	Procedimentos de análise dos dados
- Professor leitor envolvido com Proler, Compreender por que é efêmero, Políticas Públicas no MA. Pesquisas do INEP. SAEBE	A dimensão política do Proler e sua práxis	Bibliográfico, documental e descritiva	Propõe investigar documentos oficiais do Proler e reconhecer o alcance e dimensões.	Geral: Investigar a Política do Proler Específicos: 1) Investigar os documentos oficiais do Proler. 2) Analisar os discurso neles contidos. 3) Desvelar o papel social da leitura	Materialista - histórico.	Comparação dos documentos oficiais do Proler com as ações e práxis do Proler.

Fonte: Síntese construída pelos autores a partir da ficha de análise número 2.

O pesquisador se propôs a uma pesquisa dos documentos oficiais do PROLER e explorar as possibilidades do PROGRAMA por meio desses e, ainda, o confronto bibliográfico de pensamento histórico-social a fim de investigar as ações e incentivo à leitura no Maranhão. A pesquisa se dá na interface entre as aspirações do PROLER, sua implementação e prática.

Rodrigues (2008, p. 13) afirma que documentos informativos,

em qualquer trabalho de pesquisa são essenciais e imprescindíveis, no nosso caso não existem. [...] remetemos ao Proler e ao comitê regional [...] solicitações sobre materiais existentes e tudo foi ignorado. [...] o que temos são apenas folders e as chamadas de jornais de circulação, bem como a Folha do Proler.

A falta de documentação de um Programa de leitura, com permanência de mais de 20 anos, ativo e de âmbito nacional, chama a atenção por demonstrar uma irracionalidade na condução e gestão do PROLER. Essa falta de informações torna-se uma questão histórica e reconhecida pela coordenadora do PROLER em 2001, Elizabeth D'Ângelo Serra, que em seu artigo "leitura e literatura infantil" afirma que a falta de memória e de registros históricos dificulta um projeto da dimensão do PROLER. Assim, [...] não existem muitas informações quanto aos procedimentos avaliativos. Valoriza-se mais a emoção e as impressões em detrimento de parâmetros convencionais, necessários para avaliar a ação de qualquer políticas e programa (SERRA, 2001, p. 43).

Negligência, descaso ou impossibilidade pública não impedem que atribuamos significado ao fato, já que a memória e a história são fundamentais a reversão do quadro social perverso de exclusão que deixa à margem 3/4 da população brasileira.

Para Rodrigues (2008, p. 12), há um esforço de transposição da lógica empresarial para o espaço educacional, e um outro esforço, em sentido contrário e paralelo, para não coisificá-la.

O PROLER pretende em 1992 suprir a lacuna deixada pela escola regular e o Maranhão adere ao Programa em 1997 tendo como partida os vários Programas desenvolvidos pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Interessante percebermos que a UFMA já desenvolvia quatro programas de incentivo à leitura, e que nesse caso, o PROLER repete o padrão de Vitória da Conquista (BA) quando incorpora um trabalho já existente e desenvolvido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Entendemos que o PROLER abarcou projetos locais, regionais e particulares que estavam em andamento na UFMA e UESB. A vantagem que essas instituições recebem, ao acordarem com a Fundação Biblioteca Nacional e ceder o trabalho já em andamento, é uma questão obscura. Cabe esclarecer que nem a UFMA nem a UESB e tampouco o Proler possuem verbas públicas o bastante para que os acordos sejam interessantes.

Dando continuidade a nossa análise, percebemos um tom de denúncia no texto de Rodrigues (2008, p. 54), pois o autor afirma que os livros que chegam às escolas, por meio dos programas de leitura, são em sua maior parte, livros didáticos. Mesmo que projetos e programas sejam variados. E, no caso do PROLER, isso é agravado, porque o programa não ambicionava fazer da escola seu campo predileto de ação, não fazia parte dos objetivos iniciais. Os programas de leituras, ao serem pensados, são pensados apenas sob a perspectiva de quem lucra e obtém alguma vantagem no mundo do capital.

No mesmo sentido, o autor continua:

O Programa não tem a preocupação com o profissional da educação, visto que, nos encontros regionais, não há triagem nem controle para as inscrições nas oficinas, que deveriam ser direcionados aos professores, mas que na verdade, aceitam inscrições de toda e qualquer instituição. (RODRIGUES, 2008, p. 66).

Constatamos também a falta de coesão na formação dos promotores da leitura, já que não há nenhum tipo de cadastro, controle ou contato posterior com aqueles que participam das oficinas. Suponhamos que para ser efetiva, a maior parte desses deveria ser mantida na oficina seguinte e os temas/conteúdos de formação aprofundados a cada ano.

Dessa forma, confirma-se a desconexão e a fragmentação entre um encontro e outro, que mesmo sendo anuais haveriam de ter uma sequência e uma lógica. Reconhecemos também a inadequação do local do IX Encontro do PROLER, pois que o tema era leitura e biblioteca e não leitura e hotel. Todo o evento deveria ter acontecido no seu local de abrigo natural, isto é, na biblioteca.

2.3 A concepção das práticas de leitura, representações e política de formação do leitor

Nossa última referência pertence ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada à área de Educação e Linguagens e intitulada “Representações e práticas de incentivo à leitura no Espírito Santo, no período de 1997- 2005”.

A pesquisadora desenvolve um trabalho de exploração documental referente ao Proler e outras políticas de incentivo à leitura desenvolvidas no Espírito Santo com o intuito de relacionar as práticas e representações

dessas políticas à prática do professor. Quanto aos elementos fundamentais da pesquisa temos:

Quadro 7 Síntese do texto 3

Justificativa	Objeto	Tipo de estudo	Problema científico	Objetivo	Métodos de pesquisa	Procedimentos de análise dos dados
- A partir da relação entre a crença de que o brasileiro não gosta de ler e dos Programas de incentivo à Leitura do Governo Federal.	Documentos do Proler e projetos dos professores e bibliotecários..	Bibliográfico documental e descritivo.	Propõe investigar documentos oficiais do Proler e identificar as representações dos professores e bibliotecários.	<p>Geral: Identificar formas de se conceber incentivo à leitura, ações, concepções de promoção de leitura</p> <p>Específicos: 1) Investigar as ações do Proler e as representações de professores e bibliotecários. 2) analisar como professores e bibliotecários têm se apropriado do Programa.</p>	Histórico cultural.	Comparação dos documentos oficiais do Proler com material produzido pelo concurso "Os melhores programas de incentivo à leitura junto a crianças e jovens de todo o Brasil."

Fonte: Síntese construída pelos autores a partir da ficha de análise nº 3.

Assim como o texto de Rodrigues (2008), o texto de Lima (2007) parte dos documentos oficiais e da concepção de documentos dada por Le Goff (1996) que além da visão ampliada das fontes, considera como documento todo tipo de registro, também parte das ações do Programa no

Espírito Santo para identificar e reconhecer as representações de leitura do PROLER e dos professores.

Lima (2007) confirma as primeiras aspirações do PROLER: uma ação interministerial com pessoal e supervisão da Biblioteca Nacional. A leitura não é apenas uma questão escolar, mas que também deve ser estimulada em hospitais, estações de trens, de ônibus, parques, presídios, zoológicos etc. Ressalta também as obrigações financeiras e as corresponsabilidades dos estados e municípios.

O modelo internacional de política adotado pelo PROLER, entre 1992-2003, que corresponde às parcerias e aos princípios do neoliberalismo, não apresentou uma ruptura com a ordem burguesa. Está marcado pela onda de privatização e parcerias com o setor privado e, nesse contexto, formação de leitor corresponde à formação de sujeitos competentes para atuar no mercado de trabalho e promover o desenvolvimento do País. (LIMA, 2007, p. 96).

Observa-se que o Termo de Convênio de Cooperação Técnica é posto aos interessados na parceira sem possibilidade de discussão, nem negociação das demandas de leitura das localidades. É um modelo acordado e pronto que submete as localidades à sua vontade.

Visto dessa forma, o PROLER só precisa dos sujeitos para implantá-lo, já que não há a preocupação de analisar criticamente os impactos e as concepções locais sobre leitura e seus desdobramentos. É um esforço de unificação de um modelo a partir da lógica governamental.

A desconsideração pelas localidades e suas respectivas necessidades significa, na verdade, um atendimento aos propósitos neoliberais de formação de mão de obra, haja vista seu caráter unificador, internacional, somado com a vocação de gerenciar as atividades e trabalho humano.

Em oposição ao discurso do projeto original do Ministério da Cultura (MinC) e a publicidade recebida,

a política do Proler não cria espaços de discussão com a sociedade, não se apresenta estruturado na/pela sociedade, partilhada, aberta, mas atua como um mecanismo que pretende convergir a formação do leitor para estratégias planejadas e concepções defendidas pelo programa (LIMA, 2007, p. 100).

As parcerias, nessa perspectiva, podem se compreendidas como uma estratégia utilizada pelo Governo Federal para fazer crer que o PROLER está de acordo com as demandas locais e, ainda assim, dividir responsabilidades financeira, administrativa e pedagógica na formação

de leitores.

O Estado é interventor e os parceiros corresponsáveis. É o deslocamento das responsabilidades do Estado para os parceiros, revelando a participação mínima do Estado, restringindo suas ações e gerenciando as parcerias, embora apurar a eficácia ou não do Programa não seja sua preocupação principal.

Há, também, no projeto original, a intenção de aumentar a tiragem de impressos e ampliação da publicação de material simples. Para Lima (2007, p. 100), isso é o estabelecimento de um padrão do material destinado à formação do leitor, que se baseia na relação entre reprodução do material (comércio de editoras) e a política pública de promoção de leitura.

Ora, se o investimento é em materiais simples, baratos e práticos para disseminar informações e conquistar um público que precisa ser convencido das vantagens da leitura, podemos inferir que isso é a massificação do leitor. Prevê-se uma leitura simples, direta, reduzida e barata destinada aos pobres. Há que se garantir por meio do PROLER a disseminação da leitura para o pobre em espaços públicos, enquanto que as classes abastadas continuam com a leitura em espaços privados.

O PROLER apresenta o homem brasileiro como alguém que não gosta de ler, (pois precisa de convencimento, da sedução) ao mesmo tempo em que se apresenta como “Salvador da Pátria” (LIMA, 2007, p. 112) tomando a leitura como “redentora”. A leitura promove a inclusão social e seu valor foi instituído pela República e o cidadão precisa empregar-se, dominar técnicas e adquirir um mínimo de competência profissional.

3 DO REAL AO IDEAL: (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA

O PROLER, quando vinculado a uma atividade fora do sistema escolar, desenvolve ações como a do presídio de Vitória da Conquista, por exemplo, isto é, por ser um projeto de maior amplitude, toma para si e engloba projetos menores que já estavam em andamento.

O sistema escolar, mesmo caracterizado como “local de reprodução e instrumento da elite “[...] pode sob certas circunstâncias históricas, servir aos excluídos [...] e tornar-se estratégia de emancipação popular” (DEMO, 1999, p. 16). Assim, mesmo que limitado à escola, ainda é possível um trabalho de formação de leitores cidadãos.

Chama-nos a atenção o fato de que paralelamente, e vinculado ao

Ministério da Educação (MEC), em 1992, nasce o Projeto Pró-leitura que é muito semelhante ao PROLER quanto aos seus objetivos e ambições. As diferenças entre os dois são tênues, como por exemplo, o Pró-Leitura não ambiciona expansão para além dos muros da escola e trata, já de imediato, de firmar acordo com os Estados e Municípios.

Para melhor compreensão é bom lembrar que o PROLER é, em seu documento inicial, pertencente ao MinC e propõe ações conjuntas entre ministérios. E, o MEC, como responsável pela educação, é um aos quais o PROLER está associado. Contudo, o MEC promove parceria com o governo francês e ao mesmo tempo em que o MinC desenvolve o PROLER, outro Programa de Leitura com os mesmo objetivos e fins.

O PROLER, diante do seu fracasso em associar-se às instituições da sociedade civil e sem angariar as verbas pretendidas, faz dos professores das escolas públicas seu público predileto, aproximando-se ainda mais do Pró-Leitura que focava a formação leitora de docentes, provocando aí a convergência de interesses ao mesmo tempo em que demonstra a insuficiência do Estado em articular as políticas de incentivo à leitura.

Parece óbvio que o executor das ações do PROLER seja o professor da rede pública dos municípios, já que o Programa estabeleceu parcerias com as prefeituras. Esse aspecto é naturalizado na profissão por Gatti, Barreto e André (2011) quando afirmam que [...] “tende a minimizar o espaço conferido à formação docente em serviço e a considerar o(a) professor(a) como mero(a) executor(a) de propostas e programas elaborados por outrem” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 47).

A incidência sobre o professor da rede pública tem seu significado e, assim como o PROLER não é instituído para as classes abastadas, os professores selecionados também não são:

[...] uma coincidência, que acaba em redundância, que se refere à condição sociocultural dos professores e às condições de vida dos alunos das redes públicas de ensino, que, muitas vezes, apresentam alguma desvantagem social. Atualmente, no Brasil, os próprios professores são provenientes de camadas sociais menos favorecidas, com menor favorecimento educacional, especialmente os que lecionam na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental (GATTI BARRETO; ANDRÉ, 2011 p. 28).

Os professores são convidados à capacitação do PROLER uma vez por ano. Depois de capacitados retornam às aulas e sem nenhuma avaliação,

controle ou verificação de resultados obtidos. Ano seguinte, outros professores são convidados sem que se dê importância à continuidade da formação daqueles do ano anterior. De acordo com Rodrigues (2008), o Programa ou as Universidades que ministram as capacitações não têm controle ou registro da presença ou do desempenho do professor.

É um processo paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o Estado é responsável pela escola e reconhece a má qualidade do ensino, promove outras intervenções para sanar o problema. O PROLER, tido como uma intervenção na escola, não registra resultados.

Cabe lembrar que, apesar do PROLER aspirar verbas da iniciativa privada, desenvolve-se apenas com pouca verba pública, sendo ela, quase sempre, municipal para pagar o traslado, hospedagem e estadia ou construir o comitê ou, ainda, via Universidade que capacita os docentes. Os docentes da educação básica também são pagos pelas prefeituras como servidores públicos.

A questão da descentralização pode ter agravado essas questões à medida que traz consigo sua contraparte: a falta de controle, a dispersão, a fragmentação e a busca pela valorização das diversas formas de leitura fez com que o Programa se tornasse quase amorfo.

Do ponto de vista documental e argumentativo, o PROLER apresenta-se como definiu Lima: o salvador da Pátria, mas sua práxis revela-se muito mais problemática do que aparenta. Aproxima-se das necessidades neoliberais e de acumulação de capital à medida que o seu “discurso é justificador, atrelado à posição de poder ou contrapoder” (DEMO, 1999, p.19). Nossas considerações são parciais e inconclusas, e a eficácia do programa ainda não está devidamente retratada nas pesquisas exploradas, sugerindo, assim, que a investigação continua num universo a ser desvendado, perpassando a formação de professores; a relação entre o público e o privado e professores voluntários; o interesse das universidades e editoras, a relação entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Ministério da Cultura e Universidades, dentre outros.

Reconhecer a eficiência do PROLER, por meio das produções acadêmicas exploradas, é um trabalho inconcluso que deverá ter seu desmembramento num futuro Estado da Arte.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola (Org.). **Dicionário da filosofia**. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

APPLE, Michael. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.39-57.

BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** São Paulo: Verbatim, 2012.

BRAMBILLA, Sonia Domingues Santos. **Interfaces da informação: Tendência temáticas da pós graduação**. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação)- Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgcom.ufrgs.br/n>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BRETAS, Maria Luiza. **Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <repositorio.bc.ufg.br>. Acesso em: 30 jun. 2014.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: UEMG, 2012. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac?goback=.gde_3893997_member_217988257.gmp_3893997.gd>. Acesso em: 4 abr. 2014.

DEMO, Pedro. **Questões para a teleducação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios**. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. esp. 1, p.37-57, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

HANRRISON, Andrade. **Taxa de analfabetismo para de cair após 15 anos, diz Pnad**, 2013. Disponível em: <<http://educação.uol.com.br/>>

noticias. Acesso em: 27 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Brasília: IBGE, 11. 2002.

JUNGES, Kelen dos Santos; REMER, Maísa Milenne Zarur. **Leitura epistemológica: análise paradigmática de uma pesquisa em educação na modalidade estado da arte sobre trabalhos da ANPED**. 2011. Disponível em: <educare.bruc.com.br>. Acesso em: 21 fev. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, Eunice Negris. **Representações e práticas de incentivo à leitura no Espírito Santo, no período de 1997 a 2005**. 2007. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Pedagógico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <www.maxwell.vrac.puc-r>. Acesso em: 2 set. 2014.

MAUÉS, O. C. (Org.) . **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

PELLEGRINI, Stella de Moraes. **História e memória do Proler (1992-1996): uma experiência Instituinte de Leitura**. 2010. 415 f. Tese (Doutorado em Letras)- Departamento de Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16420@1>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Tradução de Carlos Vogt. 2. ed. Campinas: Pontes, 1991.

RODRIGUES, Edimilson Moreira. **Fome de programas de leitura: o Proler e a dimensão político ideológica da leitura**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)- Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008. Disponível em: <http://www.ufma.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

ROMANOWSKY, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Semestral.

SERRA, Elizabeth D. A. **Leitura e literatura infantil: a biblioteca é o**

caminho. 2001. Disponível em: <<http://Proler.bn.br/index.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

TEODORO, Antônio. Educação, Globalização e Neoliberalismo: Novas tecnologias de governação e reconfiguração dos modos de regulação transnacional das políticas de educação. **Instituto de Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://ateodoro.ulusofona.pt/images/stories/ateodoro/licao.educacao%2Cglobalizacao%2C%20neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.